



# O ATAQUE AOS DIREITOS DA IGUALDADE

*Na proposta de revisão do Código do Trabalho (do Governo PS)*

Somos o país da Europa onde existe um maior desnível salarial entre homens e mulheres (25,4%), quando a média europeia é de 15,9%.

A redução das retribuições das mulheres tem profundas repercussões na protecção social - Subsídio de Desemprego, Doença, Maternidade e Pensões

**ESTA DESIGUALDADE É INACEITÁVEL E TEM DE SER ALTERADA NAS EMPRESAS E NA CONTRATACÃO COLECTIVA!**

**Temos 1 milhão e 200 mil trabalhadores/as precários/as. Mais de 50% são mulheres jovens.**

O alargamento do período experimental para 6 meses permitiria que o patronato dispensasse, ao fim desse tempo, o/a trabalhador/a sem qualquer indemnização, aumentando a precariedade. A simplificação dos procedimentos que facilitam os despedimentos agravaria a realidade actual, contrariamente ao que tem sido propagandeado pelo governo.

**A REVISÃO DO CÓDIGO DO TRABALHO FAVORECE O PATRONATO E NÃO RESOLVE OS PROBLEMAS DOS/AS TRABALHADORES/AS**

**Cada vez é mais difícil conciliar a vida profissional com a vida familiar.**

O patronato pretende destruir a contratação colectiva e prolongar o horário de trabalho até 12 horas diárias e 60 horas semanais, sem pagamento de trabalho suplementar. A criação de "bancos de horas", conforme o interesse patronal, faria da conciliação mero discurso de retórica.

**ESTAS MEDIDAS VISAM O RETROCESSO SOCIAL!**

**O exercício dos direitos de maternidade e de paternidade é constantemente limitado e violado, nos locais de trabalho, seja no sector privado, seja na Administração Pública.**

O direito de maternidade e de paternidade são direitos fundamentais. O governo introduz no projecto de revisão do Código do Trabalho o conceito de "parentalidade", que só gera confusão e choca com as normas legais de protecção da maternidade e da paternidade e com a prática destes direitos nas relações laborais, sociais e institucionais.

**A MATERNIDADE E A PATERNIDADE SÃO VALORES SOCIAIS PROTEGIDOS PELO ESTADO, CONFORME A CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA E TÊM DE SER RESPEITADOS!**

Entretanto, a CITE - Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego, na dependência do Governo, com funções consultivas e interventivas em matéria de violação dos direitos da igualdade, encontra-se paralisada por falta de meios humanos e materiais.

**Esta situação é grave:**

**Enfraquece os direitos dos/as trabalhadores/as  
E facilita as ilegalidades do patronato!**



**Lutar por uma igualdade efectiva entre mulheres e homens, é tarefa de todos!**

**NÃO A ESTA REVISÃO DO CÓDIGO DO TRABALHO!**

**DEFENDA OS SEUS DIREITOS!**